

A saúde como medicina: uma polêmica saudável

CARLOS ALBERTO MORAIS DE SÁ

A vida do ser humano é finita, e o adoecer parte do processo da morte. Saúde é um bem individual e coletivo, onde corpo e mente estão livre de dor, sofrimento ou incapacidade. Gozar de saúde significa inexistência de desvantagem, desarmonia ou mal-estar. A expressão desse bem depende de interações entre fatores genéticos e o meio ambiente.

Medicina é a arte e a ciência da manutenção da saúde, do diagnóstico e tratamento das doenças. A saúde como medicina se expressa na busca permanente dos meios e atitudes necessários à preservação do bem-estar individual ou coletivo, cortando riscos, reduzindo danos, melhorando a qualidade e aumentando a vida útil das pessoas.

No início do século, Europa e Estados Unidos conseguiram reduzir seus índices de morbidade e mortalidade através do saneamento básico, distribuição de água de boa qualidade, vacinação, alimentação e sistema de assistência médica eficiente. No entanto, no Brasil de hoje, para que haja impacto favorável no processo preventivo, é necessário que sejam desencadeadas medidas articuladas através de órgãos, estruturas e agências envolvidas com o processo do adoecer. As principais causas de enfermidade, invalidez ou morte são a violência, a fome, a miséria, a gastroenterite, as doenças do coração, o câncer, as doenças infecciosas, as complicações materno-infantis, a doenças mentais e comportamentais. Desta forma, a medicina da saúde deve estar voltada para a prevenção destas causas e na constante tentativa de redução nos danos que são impostos pelo processo da doença.

Justiça social e segurança pública são essenciais para a redução da violência. Salários, trabalho, alimentação, lazer, esportes, cultura e saneamento, juntamente com a educação da população, devem ser valorizados como ações preventivas. Divulgar orientações sobre prevenção de doenças e preservação da saúde é tão importante quanto a vacinação rotineira das populações em risco, distribuição de medicamentos essenciais e realização periódica de exames preventivos. Os órgãos ou agências que controlam a qualidade do meio ambiente devem se empenhar para minimizar a exposição das populações aos agentes nocivos. Os novos desafios preventivos do fenômeno da globalização incluem a garantia de produtos saudáveis e segurança nos ambientes de trabalho. A desregulamentação e reengenharia das regras sociais, juntamente com a proibição do proibir, criarão a situação adequada para ruptura do imobilismo, quebra da insolvência e emergência de soluções criativas e saneadoras.

Os indivíduos nascidos com mutações genéticas e, conseqüentemente, com elevada probabilidade de desenvolvimento de doenças degenerativas, tumorais, inflamatórias ou infecciosas devem ser controlados em instituições especiais de avaliação, aconselhamento e orientação. Os mutantes necessitam de medidas profiláticas para redução da morbidade e mortalidade. A gravidez, por exemplo, deve ser considerada como de alto risco

e sempre que possível evitada. Aguarda-se em futuro próximo que a intervenção genética possa ser incorporada entre os ritos de prevenção.

Entre medidas concernentes ao ambiente e comportamento humano estão incluídas alimentação com frutas e vegetais frescos, exercícios regulares, controle sobre o aumento de peso corporal, evitar o fumo, não se alimentar exageradamente com carnes vermelhas ou gordura animal, não consumir álcool em excesso, proteção contra o sol, não se expor a práticas sexuais de risco, substâncias tóxicas ou ambientes infestados por vetores de doenças transmissíveis. Os estudos sobre migrações humanas têm apontado que uma década após ou algumas gerações à frente, o ambiente mostra seu papel no desencadeamento de enfermidades, provavelmente em função de modificações na dieta ou alteração nas atividades físicas. Grande quantidade de substâncias químicas e outros agentes do meio ambiente também participam desse processo.

Há décadas vêm sendo reconhecidos os exercícios físicos diários e a dieta abundante em vegetais folhosos como hábitos saudáveis, que devem ser estimulados nos programas de preservação da saúde. As dietas devem ser ricas em frutas e legumes, e os exercícios físicos diários com duração de pelo menos 20 minutos.

É dever da sociedade democrática combater o hábito de fumar, melhorando a educação, taxando os produtos de tabaco, promovendo campanhas permanentes contra o fumo e cultivando uma ética social antitabagista. O consumo exagerado de álcool e drogas ilícitas também deve ser enfrentado pelo potencial de induzir inúmeras enfermidades, além de degradar valores humanos e sociais. Mas, também é indispensável que sejam revistas proibições que geram violência, corrupção, intensificação de consumo e agravamento dos danos impostos à saúde das pessoas.

As populações em alto risco de adquirirem doenças transmissíveis precisam ser vacinadas para controle da disseminação, alguns agentes bacterianos causadores de doença inflamatória crônica ou câncer, como o *Helicobacter pylori*, podem ser erradicados com o uso de anti-infecciosos. A utilização de seringas e agulhas descartáveis e a boa qualidade dos derivados do sangue são importantes para o controle das hepatites B e C, do HTLV (Vírus do linfoma ou leucemia T humana) e outros. A atenuação na transmissão de vírus como o HPV (Vírus do Papiloma Humano), associado ao câncer de colo de útero, ânus ou pênis e HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana), agente da Aids, ocorre quando se retarda o início da atividade sexual, reduz-se parceiros, parceiras ou encontros casuais, usa-se preservativo de borracha em todos os relacionamentos com penetração e há acesso facilitado da população ao uso de seringas descartáveis. A disponibilização de centros de testagem anônima e aconselhamento, bem como exames preventivos ginecológicos e urológicos, ampliam a

capacidade de detecção precoce de doenças, e podem também reduzir a transmissão materno-infantil. Infelizmente as estratégias de prevenção relacionadas ao comportamento reprodutivo esbarram em forças sociais, econômicas, religiosas e políticas.

Qualidade de vida adequada e garantia de saúde para a população dependem de controle sobre a poluição ambiental. Esta é uma tarefa complexa, que depende de diversificada gama de fatores como campos magnéticos de baixa frequência gerados por linhas de força elétrica, radiações eletromagnéticas de radiofrequência como nos telefones celulares, usinas atômicas, depósitos de lixo químico, fontes de raios X ou nucleares, camada de ozônio e contaminantes químicos. A adequação dessa verdadeira malha de variáveis exige vontade política e disponibilidade de recursos.

Por outro lado, a saúde na medicina tem avançado tecnologicamente em direção ao diagnóstico precoce. Passa a haver necessidade de formação de rede nacional de laboratórios em prevenção, a fim de identificar indicadores químicos e marcadores de doenças, imagens de alta resolução computadorizadas e captação de sinais biológicos ou gráficos que alimentam a dispendiosa indústria do *check up*. Este formidável complexo tecnológico de prevenção, filho legítimo do fenômeno da globalização econômica, é alimentado pela colocação permanente de produtos de última geração à disposição do mercado. Certamente, a curto prazo, a medicina da saúde também ficará insuportavelmente cara.

Os medicamentos que previnem, lentificam e desativam doenças, além de retardar o processo natural do envelhecimento, incluindo as próteses e filtros solares, inauguram a nova

era dos tratamentos preventivos na saúde.

O objetivo básico está na redução de danos e riscos pelo uso regular de medicamentos ou alimentos modificados, que interfeririam na coagulação do sangue, na pressão arterial, nas gorduras sanguíneas, no mecanismo de formação do câncer e metástases, no aparecimento de infecções ou inflamações, no processo degenerativo, no envelhecimento, no comportamento e temperamento humanos. Estes produtos devem ser desprovidos de toxicidade importante ou apresentar efeitos negativos toleráveis, pois são consumidos por longos períodos pela população saudável. Novamente emergem questões como a importância da educação no acesso à informação, bem como a necessidade de redistribuição de renda.

Deve-se insistir que a era dos tratamentos preventivos, ora em início, nos arremete novamente à questão da democracia, da justiça social e dos custos. Como levar esse bem à maioria da população brasileira quando a saúde econômica ou financeira do Estado e das empresas é mais importante do que a saúde física dos cidadãos?

CARLOS ALBERTO MORAIS DE SÁ é professor titular de clínica médica da Universidade do Rio de Janeiro (UNI-Rio)